



## MEMÓRIAS ANCESTRAIS NO NORTE E OESTE DAS CERCANIAS DA GUANABARA: NO TEMPO DAS CONCHAS E DA JACUTINGA

ANCESTRAL MEMORIES IN THE NORTH AND WEST  
FROM THE SURROUNDINGS OF GUANABARA:  
IN THE TIME OF THE SHELLS AND JACUTINGA

Marlúcia Santos de Souza<sup>1</sup>  
Silene Orlando Ribeiro<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo visa construir subsídios para a implementação da Lei nº 11.645/2008 na educação básica. Analisa as evidências arqueológicas e as narrativas construídas por viajantes, cronistas, religiosos e diferentes agentes do poder régio para refletir sobre as memórias ancestrais das populações indígenas no Recôncavo da Guanabara.

Palavras-chave: Recôncavo da Guanabara. Sambaqui. Tupinambá.

### Abstract

This article aims to build subsidies for the implementation of Law No. 11,645 / 2008 in basic education. It analyzes the archaeological evidence and the narratives constructed by travelers, chroniclers, religious and different agents of the royal power to reflect on the ancestral memories of the indigenous populations in the Recôncavo da Guanabara.

Keywords: Recôncavo da Guanabara. Sambaqui. Tupinambá.

A regulamentação da Lei nº 11.645/2008 que instituiu o ensino de Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica é um sinal das mudanças nas perspectivas governamentais, acadêmicas e educacionais sobre o papel e a importância das socio diversidades indígenas na formação do Brasil e no tempo presente. Também revela as longas lutas políticas do movimento indígena e de inúmeras lideranças para garantir a manutenção das vidas indígenas, a preservação das suas tradições culturais, memórias e histórias. As reflexões sobre a Lei 11.645/2008 e o ensino de História na Educação Básica são fundamentais pois colocam em cena a importância da educação antirracista para as práticas pedagógicas, do processo de descolonização curricular para a promoção da cidadania e da justiça social.

O amplo conhecimento sobre a temática indígena impacta educadores, estudantes e sociedade civil, de forma geral, fomentando novas relações sociais e outros olhares sobre as identidades individuais e coletivas, promovendo o respeito pelas alteridades humanas e o reconhecimento sobre a presença das epistemologias ancestrais indígenas. Os vínculos biológicos e culturais com a ancestralidade indígena são realidades desconhecidas por muitos brasileiros e brasileiras. Ainda assim, marcam a forma étnica da população brasileira. Houve um longo processo de apagamento das populações indígenas e dos seus saberes botânicos, agroecológicos, geográficos, geológicos, astronômicos, arquitetônicos, linguísticos, médicos, gastronômicos, artísticos e estéticos. As novas abordagens interdisciplinares e multidisciplinares sobre a questão indígena vêm rompendo com os discursos de coloniais sobre os Povos Indígenas.

Estudos locais trazem discussões muito enriquecedoras sobre as trajetórias históricas das Populações Indígenas no Brasil. Além disso, oferecem aos professores inúmeras possibilidades de abordagem da questão indígena no cotidiano escolar. Este texto tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o processo de ocupação do Recôncavo da Guanabara pelas populações indígenas, enfocando os

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFF. Diretora do Museu Vivo de São Bento. E-mail: marluciasantossouza90@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História pela UFRJ. Professora de História na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: silenehistor@uol.com.br

Sambaquianos e os Tupinambá. É uma viagem por outros tempos e outras memórias. Parecem distantes, mas também são nossas e dos nossos ancestrais.

### **Tempo das Conchas**

Segundo Amador Bueno (1997), o que compreendemos como Baía da Guanabara, entre 20.000 e 18.000 anos A.P. (antes do presente), era apenas braços de rios. O nível do mar encontrava-se há cerca de 130 metros abaixo do nível atual e a linha de costa estava há dezenas de quilômetros para dentro do nosso mar atual. Por volta dos anos de 18.000 AP, a Baía começou a experimentar um processo de Transgressão Flandriana Guanabarina causado pelo aquecimento global gradativo, que provocou a submersão da plataforma continental. Já entre 10.000 e 8.000 anos AP, o mar estabilizou-se entre 40 e 50 metros abaixo do nível atual e nos anos de 7.000 anos AP, o atual nível do mar foi atingido pela primeira vez.

O autor aponta esse movimento de avanço e recuo das águas na Baía da Guanabara, o que significa que em alguns períodos não tivemos a baía da Guanabara e sim rios, e uma parte da Baía, que hoje é mar, já foi continente até que aproximadamente por volta de 7.000 a Baía encontrava-se nas configurações atuais. Entre 6.000 e 5.000 AP novos processos de aquecimento provocaram inundações, principalmente na região amazônica e novas transgressões das águas da Guanabara. Deslocamentos humanos puderam ser sentidos.

Os primeiros habitantes do litoral fluminense, conhecidos como povos das conchas ou sambaquianos, experimentaram frequentes e contínuos deslocamentos do norte, dos sertões e dos planaltos do Brasil e iniciaram a ocupação do território fluminense entre 8.000 a 5.000 anos AP. Eram caçadores, pescadores e coletores de ostras e outros mariscos. Acumulavam os restos dos alimentos em seus assentamentos, formando elevações com amontoados de conchas misturadas entre areias, quando nas beiras das praias viviam, ou entre argila quando habitavam nas encostas e beiras de rios.

Apesar das destruições e dos poucos investimentos públicos nas escavações arqueológicas do Recôncavo da Guanabara, podemos considerar que os seus primeiros habitantes ocuparam territórios nas margens dos rios e da baía. Um conjunto de sítios foi identificado nas margens dos Rios Guapimirim e Macacu, na localidade conhecida atualmente como Pedrinhas, e estes apresentam datações de mais de 4.000 AP. Outros sambaquis foram identificados nas cercanias da Guanabara, nos atuais territórios de Itaboraí e Magé e apresentam datações mais recentes. Neles também foi possível identificar a presença de uma cultura material de grupos intrusivos ou sítios de ocupação mistas: sambaquiana, tupi e portuguesa.

No caso do oeste da Bahia da Guanabara, atual território do município de Duque de Caxias, vários sítios de sambaqui foram identificados nas margens dos rios Saracuruna-Inhomirim, Sarapuí, Meriti e nas áreas de mangue da Baía da Guanabara. Alguns sítios foram instituídos em áreas que apresentam elevações ou encostas, o que permitia a proteção das inundações naturais. Nestes sambaquis não foram identificados vestígios da cultura material intrusiva e as datações variam entre 5.000 a 4.000 anos AP.

Através da cultura material encontrada nas escavações tem sido possível compreender aspectos do modo de vida dessas populações. Entre as décadas de 1970 e 1980, os arqueólogos que investigavam sítios sambaquianos no território fluminense pensaram, inicialmente, que essas ocupações eram sazonais, ou seja, temporárias por conta das dificuldades de assegurar a sobrevivência coletiva nos ambientes vividos. Na medida em que foram ampliando as escavações e as investigações acerca do ambiente arqueológico, principalmente da Região dos Lagos e Baía da Guanabara, foi possível considerar o ambiente, a natureza do território no tempo vivido por eles.

A combinação entre a caça nas florestas de mata atlântica, com toda a sua potência faunística, e a pesca e coleta de frutos do mar assegurava oferta de alimentação suficiente para o sustento coletivo dos vários grupos assentados. A garantia das condições materiais necessárias a permanência no lugar, ou seja, a sedentarização favoreceu o assentamento de vários agrupamentos próximos uns dos outros. É

o caso do Sambaqui São Bento I, Sambaqui São Bento II e Sambaqui do Iguaçu, todos nas margens do Rio Iguaçu.

No caso específico das cercanias da Guanabara, o que se verifica a princípio é a presença de vestígios ceramistas tupis se sobrepondo a camadas sambaquianas em alguns sítios situados em Guapimirim e Itaboraí. Já no oeste das cercanias da Guanabara, atual município de Duque de Caxias, foi possível identificar sítios sambaquianos sem a presença de vestígios intrusivos, quer sejam dos Tupis ou Unas, quer sejam dos colonizadores europeus.

Segundo a arqueóloga do Museu Nacional/UFRJ, Tania Andrade Lima (2016), os sambaquianos fluminenses conheciam bem o ambiente marinho, eram hábeis coletores de mariscos, contudo, para assegurar o sustento de todo o agrupamento humano, a pesca era primordial, eram os peixes que os sustentavam. Para Marcos Pivetta (2016), investigador da pesca pré-histórica, a espécie de peixe com maior número de registro nos sambaquis fluminenses é a corvina. Eles deviam pescar também a sardinha, anchova, tainha, etc.

Nos amontoados de conchas e areias ou conchas e barros (nos casos das encostas), os arqueólogos podem encontrar osso de peixes, aves e mamíferos, restos de fogueiras, adornos de ossos de animais, materiais líticos variados que indicam especialização e muitas horas de trabalho gasto nas moldagens das peças líticas. O único sítio arqueológico de sambaqui escavado na cidade de Duque de Caxias foi o Sambaqui São Bento I. Este, após a sua escavação em 2010 pelo IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira –, apresentou uma cultura material lítica formada por almofariz (socador de sementes e vegetais), lâmina de machado e de corte, etc. Foram encontrados adornos de ossos, ossos de tatu, predominância de conchas de ostras e ostrea, fragmentos de esqueletos humanos de duas pessoas, um homem adulto e um menino, sepultados lado a lado.

Os sítios arqueológicos de sambaqui devem ser considerados como a casa e o lugar sagrado desses agrupamentos sociais, onde os seus eram ali sepultados. Era o lugar dos vivos e dos mortos, como afirma a arqueologia. Quando era necessário, realizavam o sepultamento de seu ente querido no local, o que indica o desejo de manter os companheiros e/ou o parente morto perto dos vivos. Além disso, caso fosse necessário um deslocamento temporário do grupo, era fácil localizar o morto, no local do assentamento, posteriormente. Em média, um agrupamento dos povos das conchas era formado por vinte a trinta indivíduos.

Na reportagem publicada pelo Caderno Ciência e Vida do O GLOBO, de 28 de abril de 2002, a especialista em antropologia biológica do Museu Nacional, Sheila Mendonça de Souza, afirmou que a partir dos esqueletos escavados no território fluminense foi possível indicar que em média um indivíduo sambaquiano vivia uns 40 anos. Eles eram baixos, com altura média entre 1,55m a 1,60m. Por serem hábeis nadadores e barqueiros, possuíam um corpo físico forte. Vale pontuar que para coletar as ostras era necessária habilidade nos mergulhos. A pele era morena por conta da pesca e da coleta a céu aberto, obrigando-os a um longo tempo exposição ao sol. Abrigos eram naturais, debaixo das árvores, e nos tempos de chuvas, cobertura provisória com folhagens recolhidas.

A arqueologia vem identificando ao longo do tempo a existência de variados agrupamentos sambaquianos nas cercanias da Guanabara. Muitos sítios foram impactados pelo avanço da ocupação urbana, como é o caso do Sambaqui da Marquesa de Santos, situado no bairro Pantanal, no município de Duque de Caxias e de Belford Roxo. No caso específico do São Bento, localidade situada entre os rios Iguaçu e Sarapuí, no município de Duque de Caxias, foi possível identificar o soterramento de sítios arqueológicos com o avanço da ocupação das comunidades da Boa Esperança ou Vila Nova, assim como, o desaparecimento de outros vestígios por conta da produção caieira da Fazenda do Iguaçu, pertencente aos beneditinos no período de 1591-1922. Para realizar a produção caieira, reunia-se as conchas entre madeiras, queimava-as para farelar e assim produzir o cal.

Dentre os sítios situados nas cercanias da Guanabara, podemos destacar os sítios registrados no IPHAN: **Sambaqui São Bento I e II**, instituídos entre os rios Iguaçu e Sarapuí e a Bahia da Guanabara;

**Sambaqui do Iguaçu**, situado nas margens do Rio Iguaçu, ao lado da Fábrica de Gelo, na entrada da Cidade dos Meninos (instituído em um sítio de planície, com uma elevação com cobertura vegetal ao fundo); **Sambaqui do Meriti** ou dos Fuzileiros, nas margens do Rio Meriti; **Sambaqui da Marquesa de Santos**, situado nas margens do Rio Sarapuí, entre os municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo; **Sambaqui de Saracuruna**, situado nas margens do rio Saracuruna, nas proximidades com o Sambaqui do Porto Estrela, nas margens do Rio Inhomirim; **Sambaqui da Estrada de Ferro**, situado nas margens da ferrovia da Leopoldina.

### Tempo da Jacutinga

Entre os ancestrais das cercanias da Guanabara, a presença tupi se constituiu uma das mais marcantes. No século XVI, os tupis já eram os senhores do Rio de Janeiro. Os demógrafos calculam a população das cercanias das Guanabara em torno de 35.000 a 100.000 habitantes. No cadastro de registro de sítios arqueológicos tupinambá para o Rio de Janeiro, consta a presença de 249 sítios até o ano de 2004. Em particular, 47 sítios na Baía da Guanabara.

Para além do século XVI, há uma variada documentação histórica sobre a presença indígena não mais exclusiva aos tupinambás e sim, referente a presença de diversas etnias e de índios destribalizados, inclusive índios viventes nos aldeamentos jesuíticos e nas fazendas da ordem: inventários das propriedades da companhia de Jesus do século XVIII; cartas de sesmarias; assentos de nascimento, casamento e óbitos; documentações inquisitoriais; documentos oficiais que estabelecem as políticas indigenistas instituídas pelo antigo Estado português; relatos dos viajantes do século XIX e até periódicos.

Neste artigo a abordagem central está focada na presença tupinambá, principalmente no período em que os franceses estiveram no Rio de Janeiro (1555/1565), já que os principais cronistas, Jean Lery e André Thevet, vieram contribuir com a construção da colônia francesa, denominada por eles de França Antártica.

Padre Anchieta nasceu em 1534, período da criação da Companhia de Jesus, criada para combater o protestantismo através da expansão do catolicismo, principalmente por meio do trabalho missionário pelos territórios coloniais. Anchieta chegou na Bahia em 1553, ainda muito jovem, foi missionário em várias capitanias e um dos fundadores do Colégio em São Paulo (Piratininga) em 1554. Aprendeu a língua dos tupis e produziu uma gramática sobre ela em 1555. Em 1557, foi escolhido Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Atravessou a Baía da Guanabara e realizou trabalhos de conversão de índios do Rio de Janeiro.

Segundo Anchieta (1997), as aldeias do Rio de Janeiro possuíam cerca de 1.000 habitantes, o que pode poderia indicar uma população de 40.000 a 50.000 tupinambás. Vale ressaltar que são registros de memória acerca das aldeias que ele visitou. Em Piedade de Magé há um monumento denominado Poço de Anchieta em homenagem ao jesuíta. Em 1569, Anchieta fundou o Aldeamento de Reritiba, no Espírito Santo. O local foi batizado posteriormente com o seu nome, onde veio a falecer em 1597. O historiador Luís Rafael Araújo Côrrea, pesquisou em seu doutorado a trajetória do índio Miguel Ferreira Pestana, fugitivo de Reritiba que se instalou com sua mulher na Freguesia de Inhomirim (atual Raiz da Serra e terceiro distrito de Caxias). Taxado como caboclo mandingueiro, foi condenado pela Inquisição por atos de feitiçaria.

A presença da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro foi fundamental para que os portugueses empreendessem a conquista deste território. De um lado, a derrota dos franceses e de outro, a expropriação do território tupinambá e da força de trabalho escrava dos derrotados. Guerra, morte, fuga, escravização dos derrotados, perseguição dos aldeamentos instalados nos sertões, instalação dos aldeamentos jesuíticos no leste (São Lourenço) e norte (São Barnabé) da Baía da Guanabara, sertões cariocas (São Francisco Xavier), edificação do Colégio Jesuítico no Morro do castelo e inúmeras fazendas produtivas, utilizando-se a mão-de-obra indígena e posteriormente a partir do século XVII, a dos africanos escravizados.



O que se verifica é que há uma variação de indicativos acerca da presença dos tupinambás nas cercanias da Guanabara, em meados do século XVI. A arqueóloga Nanci Vieira Oliveira (2002) acredita que o quantitativo era maior do que o calculado pelos calvinistas. Os calvinistas e demógrafos **transitam entre 35 a 100 mil habitantes** nativos que residiam nas aldeias situadas nas cercanias da Guanabara no século XVI. Para ela, o número de aldeias varia de 50 a 80 e o quantitativo de 100.000 tupinambás é o mais provável.

Na lista de Lery (1961), três aldeamentos tupinambás estavam situados nas fronteiras do atual território da Baixada Fluminense: a Aldeia Jacutinga, situada entre os rios Meriti e Iguaçu, atingindo os atuais municípios de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mesquita; a Aldeia Sarapuí, situada nas margens do rio de mesmo nome (atuais bairros Gramacho, Sarapuí, Pantanal, Vila Rosário, São Bento e Parque Fluminense); e a Aldeia das Velhas, localizada em Raiz da Serra, Piabetá, Parada Angélica e Imbariê.

Os tupis vieram do norte do Brasil, eram agricultores e ceramistas, caçadores, pescadores e aqui no litoral, eram também coletores de frutos do mar. Diferentemente dos sambaquianos, eram mais altos e viviam de cem a 120 anos, segundo os cronistas. Nancy de Oliveira considerou ser possível estabelecer uma identidade para o tupinambá das cercanias a Guanabara, em uma temporalidade específica: meados do século XVI. Para pensar ou descrever essa identidade ou ainda, aspectos dessa identidade, considere privilegiar as narrativas de Jean Lery.

Os homens raspavam o corpo e o pintavam com óleos vegetais que os protegiam do sol e dos insetos; raspavam a cabeça na frente, parecendo coroinhas, e possuíam cabelos curtos para o uso de cocar nos rituais religiosos e nas guerras. Utilizavam colar feito de osso branco parecendo marfim, tipo lua. Quando jovens, furavam o beijo com um osso bem polido e branquinho parecido com marfim e utilizavam alargadores nas orelhas. Ainda quando jovens, utilizavam osso nas faces (tipo moeda) e quando adultos, substituíam o osso por pedras esverdeadas, parecendo esmeraldas. (LERY, 1961)

Eram hábeis navegadores, valorizavam a coragem, eram guerreiros valentes, com muita agilidade nas andanças por terra. Muito potentes no manejo de seus arcos e flechas à distância e das espadas ou tacapes de madeira. Nos momentos especiais, utilizavam braceletes, faixas com sementes nas pernas produzindo barulhos ao serem chocalhados. Nos rituais, festas e guerras, utilizavam uma plumagem com penas de ema. As plumas, que eram pardas, ligavam-se pela haste central, ficando soltas as pontas que se encurvavam à maneira de uma rosa e formavam grandes penachos denominados Araroyé. Como não havia emas nas cercanias da Guanabara, eles obtinham as penas, e também as pedras esverdeadas, com índios vizinhos, de outros territórios. (LERY, 1961)

Maurício de Abreu (2010) construiu outra listagem mapeando outras aldeias, taperas ou piaçabas, identificadas por ele nas cartas de doação de sesmaria. Nesta, aparecem os três assentamentos já mencionados por Lery e outros, a saber: **Tucanos**, na Serra do Tinguá; **Marambaia**, entre os atuais bairros do Amapá (Duque de Caxias) e Marambaia (Nova Iguaçu); **Jaguará ou Jaguaré**, nas margens do rio com o mesmo nome (onde hoje é a REDUC e Campos Elíseos); **Guatiguaba e Tucuruçu**, nas margens do Rio Iguaçu; **Suruí**, em Iriri/Magé; **Tapera do Gato ou Paranaguape**, nas margens dos rios Saracuruna e Inhomirim; **Taquanuçu**, nas margens do Rio Meriti e Iguaçu; **Sapopemba**, atual Deodoro e Nova Iguaçu.

Cada aldeia era uma unidade independente. Entretanto, as aldeias tupinambás encontravam-se articuladas, local e regionalmente, por laços de parentesco, por uma rede de caminhos que integravam as aldeias do litoral às do interior. Caminhos por terra, cursos d'água e por mar. Essa articulação foi identificada por diferentes cronistas que reconheceram relações de trocas, com base no escambo, expressa na cultura material dessas aldeias. Cronistas franceses descreveram comércio entre as aldeias das cercanias da Guanabara e aldeias distantes de alta montanha, tais como o uso de penas de ema na feitura de adornos, de pedras verdes raras e de contas verdes advindas de aldeias dos sertões. Segundo Hans Staden, populações distantes do mar desciam a serra na época da desova de certas espécies. (OLIVEIRA, 2002)

Quando Nanci de Oliveira faz referência a condição das aldeias como unidades independentes, está chamando a atenção para o caráter do poder horizontal e descentralizado da organização tupinambá. Cada aldeia possuía a sua própria governabilidade e, ainda que possuísse um cacique ou uma liderança entre os mais velhos, as decisões eram tomadas a partir da escuta e da deliberação do conselho aldeão. A condição de cacique traz prestígio para o indivíduo, mas a sua base material é coletiva. Apesar da descentralidade, uma aldeia estabelece escambo com a outra; alianças políticas em situação de guerra; compartilha encontros religiosos e festivos. No caso específico do Rio de Janeiro, os tupinambás estabeleceram uma confederação formada pela aliança contra os lusitanos, denominada de Tamoió.

Vários cronistas descreveram e representaram uma aldeia tupinambá no Rio de Janeiro. As aldeias eram circulares, formadas por grandes tabas, que possuíam portas laterais. Cada taba poderia abrigar 70 pessoas ou mais. Cada um instalava a sua rede no interior das cabanas.

No tocante a circulação tupinambá, eram eles que fabricavam suas próprias embarcações em tamanhos variados, podendo transportar 30 pessoas ou mais. Elas eram velozes e eficientes para circulação tanto na baía da Guanabara, quanto nos grandes rios do recôncavo como o Meriti, o Sarapuí, o Iguaçu, o Magepe. Segundo Lery, eles andavam nus e entravam nas águas não menos que doze vezes. Ao circular por terra precisavam atravessar rios, riachos, lagoas, pantanais e manguezais, assim o uso de roupas não era muito prático.

Não havia entre eles a lógica de qualquer acumulação e não compreendiam as razões que levavam os europeus a querer tanta madeira de pau brasil. Valorizavam as trocas e, quando ofereciam algo, era de bom trato que recebesse outra em troca. A lógica de que o ofertado era sempre fruto de trabalho sendo necessário a retribuição. O que se observa é que o tupinambá não gostava de ser explorado e considerava o escambo uma troca justa. Lery narra um episódio em que ele travou uma conversa com um velho tupinambá de uns vinte anos e foi indagado acerca da necessidade de tanta madeira e da lógica de acumulação dos europeus.

### **Considerações finais**

O presente texto não esgota e não assegura a profundidade necessária para compreendermos os ancestrais das cercanias da Guanabara, da Baixada Fluminense. Pretendeu ser uma introdução com pretensão de ser um convite para o estudo acerca dessa presença. Caminho para um encontro com outras experiências humanas do passado e com as dimensões indígenas viventes no presente.

No encontro, decolonizar o currículo, o conhecimento, o modo de viver e de pensar. Segundo Lery, os Tupinambas não queriam ser guiados pela força e sim, pela racionalidade. Abertos para escuta silenciosa, para a fala, para a troca. No momento histórico vivido no Brasil e no mundo, talvez seja primordial navegarmos por outras temporalidades e por experiências alternativas instituídas no presente que apontem para o sol, para a luz que conduza a nossa humanização.

Para os docentes que começaram um diálogo com as questões suscitadas pelas memórias ancestrais aqui apresentadas, seguem algumas sugestões de atividades. Inicialmente, é importante ressaltar que o ambiente escolar, a sala de aula na sua dimensão física, é peça chave na construção de familiaridade com a temática indígena e a desconstrução de estereótipos. É muito importante que os estudantes tenham acesso à imagens, objetos, instrumentos musicais, grafismos em tecidos ou impressos em folhas de papel ou cartazes livros que tratem das socio diversidades indígenas. Como os indígenas não estão no passado, fazem parte do presente, é valoroso o uso de fotografias e material audiovisual que valorizem a estética originária no tempo presente. As representações dos indígenas que ilustram as obras dos cronistas do período colonial como Jean de Lery, André Thevet devem ser utilizadas como ponto de partida para a ressignificação da imagética sobre os indígenas. Apresentar os desenhos que ilustram os textos dos cronistas e as fotografias de grupos indígenas no Brasil e convidar os estudantes para comparar ambas é um excelente ponto de partida para entender como os europeus inventaram a figura genérica do “índio”. A prática pedagógica tem no ambiente escolar o seu princípio. A

sala de aula antirracista conjuga as expressões artísticas, históricas e culturais africanas e indígenas de forma potente e atrativa.

Outra possibilidade para os professores é estimular a construção de contra narrativas com os discentes a partir das visitas de indígenas à unidade escolar. Nenhuma fala é mais fecunda e correta do que a dos representantes das comunidades indígenas que existem no Brasil e na Baixada Fluminense. Duque de Caxias possui uma expressiva população indígena em situação urbana. Convidar um indígena para conversar com as crianças, jovens e adultos é sempre uma atividade valorosa. Desmitifica-se a figura do indígena e os estudantes percebem como a cultura dos Povos Originários é dinâmica. É um convite para que a comunidade escolar perceba quais são os desafios vivenciados pelo homens e mulheres indígenas.

Há também uma excelente literatura produzida por escritores indígenas para todas as faixas etárias. Na literatura, as vozes indígenas ecoam de forma forte, lúdica e poética e repleta de conhecimentos. Ensinam sobre as diferentes tradições culturais das populações indígenas, exaltam a importância do entendimento da diversidade étnica e despertam o prazer da leitura.

Descolonizar o currículo é um processo que demanda esforços coletivos. Toda a comunidade escolar deve participar. Dialogar com as pesquisas acadêmicas, garantir a formação continuada dos professores e tratar da temática indígena para além do dia 19 de abril são estratégias importantes e transformadoras. As sociodiversidades indígenas precisam ser estudadas e celebradas na cotidianidade escolar.

## Referências

- AMADOR, E. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1997.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1500 – 1700)**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, pp. 231 -233.
- AMANTINO, Marcia. *A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 170, n. 443, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Reprodução endógena e mestiçagens dos escravos nas fazendas jesuíticas na capitania do Rio de Janeiro, 1759-1779*. **Revista História e Cultura**, Franca, São Paulo. Vol. 3, n. 2, 2014, pp. 250-273.
- \_\_\_\_\_. **A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII**. Universidade Nova Lisboa: Mestrado em História do Império Português, 2013 – 2016.
- ANCHIETA, José de. **O Auto de São Lourenço**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- CORDEIRO, Jeanne. **A ocupação pré-histórica da Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: LAB, 2009.
- CORRÊA, Luís Rafael Araújo. **Feitiço Caboclo: um índio mandingueiro condenado pela Inquisição**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2017.
- CRANCIO, F. **A pré-história de Squarema preservada na Praça do Sambaqui da Beirada**. O SAQUÁ – O Jornal de Ssquarema, Edição 158. 2013.
- Dias, Ondemar e NETO, Jandira. **A Pré-História e a História da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IAB Editora, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A Organização Tupinambá**. São Paulo: Difusão Europeia, 1963.
- FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Global Editora, 2009.
- GASPAR, M. D. **Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores que ocupou o litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1991.
- GASPAR, M. D. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.
- GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui de Amourins: mesmo sítio, perspectivas diferentes arqueológicas de sambaqui 30 depois**. Argentina: Revista del Museo de Antropologia 6, 2013, pp.7-20.
- KNEIP, L. M. **O Sambaqui do Saco e de Madressilva – Ssquarema**. Rio de Janeiro: Documento de

Trabalho, Série Arqueologia, Museu Nacional/UFRJ, nº 4, 1997.

KNIVET, Anthony. **As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

METRAUX, Alfred. **A Religião dos Tupinambás**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NUNES, Pedro Sol de Abreu. **Uma experiência audiovisual no Museu Vivo do São Bento: memória e ressignificação do território em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: PUC, 2009. (mimeo).

LERY, Jean de. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961: 80.

OLIVEIRA, Nanci Vieira de. **São Barnabé: Lugar e Memória**. Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, Renata de Almeida e ABREU, Regina Maria do rego Monteiro de. **Relações entre Memória, História e o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba: Diálogos Possíveis**. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da ANPUH, 2010.

OLIVEIRA, R. A. **Memórias da ocupação indígena no Estado do Rio de Janeiro: Um estudo de caso do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba**. Dissertação de Mestrado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 247 f. 2011.

PINTO, Diogo da Cerqueira. **Concha sobre concha: construindo sambaqui e a paisagem no Recôncavo da Baía da Guanabara**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2009.

PIVETTA, Marcos. **A pesca pré-colonial**. São Paulo: Revista Pesquisa FAPESP Sambaqui 247, setembro de 2016, pp.22-25.

PRADO, Rosana Manhães. **Ilha Grande. Do sambaqui ao Turismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MACHADO DOS SANTOS, B. *Missões e Colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI. Sacrilégens*, [S. l.], v. 4, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilégens/article/view/26417>. Acesso em: 04 maio. 2021.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SOUZA, Sheila Mendonça e outros. *Amourins: Mortos para Mounds*. **Revista de Arqueologia**. Volume Número 2, 2012, pp.84-103.

THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica**. RJ: Companhia Editora Nacional, 1944.